

Parte IV

Legislação

18 Introdução

A segurança e a saúde no trabalho são objeto de regulamentação jurídica em diversos dispositivos legais, constando dos tópicos subseqüentes os assuntos abordados neste Manual.

Todas as referências legais integrantes deste trabalho podem ser consultadas no:

Centro de Documentação e Informação – CDI

Tel.: (11) 3833-1058 / (11) 3834-9102

E-mail: **cdi@sesisp.org.br**
sst@sesisp.org.br

19 Constituição Federal

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF), promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu artigo 1º, *caput*, expressa que a República Federativa do Brasil “é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal”, constituindo um Estado democrático, soberano, preocupado com a igualdade, inviolabilidade do direito à vida, liberdade, segurança e propriedade.

A CF assegura a todos os trabalhadores “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (art. 7º, XXII).

Expressa o texto constitucional que todos, brasileiros ou estrangeiros, são “iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, sendo assegurados direitos sociais, tais como segurança, proteção à maternidade, previdência social e trabalhista.

20 Legislação Trabalhista

A legislação trabalhista voltada à segurança e à saúde no trabalho, disposta na Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determina que as empresas cumpram as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

Tais normas tratam da obrigatoriedade da aplicação de medidas relativas a segurança e medicina do trabalho pelas empresas que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 (CLT), no intuito de se evitar acidentes do trabalho e doenças profissionais.

O resumo das NRs pertinentes à indústria moveleira pode ser acompanhado a seguir, com a abordagem dos pontos mais significativos.

Observação: a observância do disposto nas normas a seguir, bem como outros temas referentes à matéria, não desobriga as empresas do cumprimento de outros dispositivos legais federais, estaduais, municipais e acordos ou convenções coletivas de trabalho.

20.1. Normas Regulamentadoras (NR)

NR-1

Disposições Gerais

■ Conteúdo

Dispõe sobre as demais Normas Regulamentadoras relativas a segurança e medicina do trabalho, sendo de observância obrigatória pelas empresas e órgãos que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

■ Aspectos principais

- A observância das Normas Regulamentadoras (NR) não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou municípios, e outras provenientes de convenções e acordos coletivos de trabalho.
- Deveres do empregador: cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares, elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho; informar aos trabalhadores os riscos profissionais a que possam estar expostos nos locais de trabalho, os meios para prevenir/limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa; permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.
- Deveres do empregado: cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador; usar o EPI – Equipamento de Proteção Individual, fornecido pelo empregador; submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras (NRs); colaborar com a empresa na aplicação das NRs.



Atenção

- ✓ **A Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST) é o órgão que tem competência para coordenar, orientar, controlar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho em âmbito nacional.**
- ✓ **A Delegacia Regional do Trabalho (DRT), nos limites de sua jurisdição, é o órgão regional competente para executar e fiscalizar as atividades e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares relacionados.**

NR-2 Inspeção Geral

■ Conteúdo

Obrigatoriedade de todo estabelecimento novo, antes de iniciar suas atividades, solicitar a aprovação de suas instalações ao Órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, que após realizar a inspeção prévia, emitirá o Certificado de Aprovação de Instalações (CAI).

■ Aspectos principais

- A inspeção prévia e a declaração de instalações constituem os elementos capazes de assegurar que o novo estabelecimento inicie suas atividades livre de riscos de acidentes e/ou de doenças do trabalho, razão pela qual o estabelecimento que não atender ao disposto naqueles itens fica sujeito ao impedimento de seu funcionamento, conforme estabelece o artigo 160 da Consolidação das Leis do Trabalho, até que seja cumprida a exigência deste artigo.



Atenção

- ✓ Na impossibilidade da inspeção prévia antes do início das atividades da empresa, esta deverá encaminhar ao Órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego uma declaração das instalações, podendo ou não ser aceita para fins de fiscalização.
- ✓ A empresa deverá comunicar e solicitar a aprovação do Órgão Regional do MTE, quando ocorrerem modificações substanciais nas instalações e/ou nos equipamentos de seu(s) estabelecimento(s).
- ✓ É facultado à empresa submeter à apreciação prévia do Órgão Regional do MTE o projeto de construção e a respectiva instalação.
- ✓ A empresa que realizar ampliações ou alterações importantes nas instalações ou processos deve regularizar o CAI.

NR-3 Embargo ou Interdição

■ Conteúdo

Dispõe sobre a possibilidade de interdição ou embargo de estabelecimento ou obra, setor de serviço, máquina ou equipamento conforme o caso, mediante apresentação de laudo técnico que demonstre grave e iminente risco ao trabalhador, indicando na decisão tomada, com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de acidentes do trabalho e doenças profissionais.

■ Aspectos principais

- A interdição acarreta paralisação total ou parcial do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento.
- O embargo acarreta paralisação total ou parcial da obra. Considera-se obra todo e qualquer serviço de engenharia de construção, montagem, instalação, manutenção e reforma.



Atenção

- ✓ **Considera-se grave e iminente risco toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador.**
- ✓ **Durante a paralisação do serviço, em decorrência da interdição ou do embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício.**

NR-4

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

■ Conteúdo

Esta norma determina a obrigatoriedade das empresas de manterem Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador.

■ Aspectos principais

- As empresas que possuam mais de 50% (cinquenta por cento) de seus empregados em estabelecimento ou setor com atividade cujo grau de risco seja superior ao da atividade principal deverão dimensionar os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho em função do maior grau de risco.
- Ao profissional especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho é vedado o exercício de outras atividades na empresa, durante o horário de sua atuação nos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.



Atenção

- ✓ O dimensionamento do SESMT está vinculado à gradação de risco da atividade principal e ao número total de empresas do estabelecimento (Quadros I e II da referida NR), observando-se as exceções existentes.
- ✓ As empresas desobrigadas da constituição e manutenção de SESMT podem se organizar através de sindicato, associação de categoria ou por grupo de empresas interessadas, oferecendo aos seus empregados assistência na área de segurança e saúde.

NR-5

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

■ Conteúdo

Formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA) com o objetivo da constante melhoria das condições laborais para prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

■ Aspectos principais

- A CIPA deverá ser composta por representantes do empregador e dos empregados. Os representantes do empregador serão por ele designados e os dos empregados serão eleitos em escrutínio secreto, sendo que, após a eleição, os membros escolhidos pelos empregados terão mandato de um ano, permitida uma reeleição. O seu dimensionamento deve ser feito com base nos Quadros I (Dimensionamento de CIPA) e II (Agrupamento de setores econômicos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, para dimensionamento da CIPA) da referida norma.
- A empresa deverá garantir aos membros da CIPA condições para atuarem nesta comissão como cipeiros, além de manterem suas atividades normais de trabalho.
- São atribuições da CIPA: elaborar mapa de riscos; elaborar plano de trabalho para ações preventivas na solução de problemas de segurança e saúde; realizar inspeções nos ambientes de trabalho para verificar as condições de trabalho, visando identificar os riscos; divulgar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras; entre outras.
- Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a empresa designará um responsável para o cumprimento desta NR, que deverá receber treinamento anualmente.
- A empresa deverá promover treinamento para todos os membros da CIPA no prazo máximo de 30 dias após a posse, quando for a primeira gestão da CIPA. Quando se tratar de outra gestão que não a primeira, este treinamento deverá acontecer antes da posse.
- O treinamento poderá ser ministrado pelo SESMT da empresa, entidade patronal ou de trabalhadores, ou por profissional qualificado.



Atenção

- ✓ Os membros eleitos da representação dos empregados na CIPA não poderão sofrer demissão arbitrária, entendendo-se como tal a que se fundamentar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

NR-6 Equipamento de Proteção Individual (EPI)

■ Conteúdo

Obrigatoriedade da empresa de fornecer gratuitamente aos seus empregados o EPI necessário e adequado à sua função.

■ Principais aspectos

- É obrigação da empresa fornecer gratuitamente aos empregados o(s) EPI(s) adequado(s) ao(s) risco(s) ambiental(is), sempre que as medidas de proteção coletiva necessárias forem tecnicamente inviáveis, enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas, e para atender as situações de emergência.
- É dever do empregador adquirir o tipo de EPI com Certificado de Aprovação (CA) adequado à atividade do trabalhador, treinando-o sobre o seu uso e obrigatoriedade, além de oferecer possibilidade de troca e manutenção periódica.
- O empregado tem o dever de usar o EPI, responsabilizando-se por sua guarda e conservação.



Atenção

- ✓ O empregador deve ter uma ficha datada e assinada pelo trabalhador comprovando o recebimento do(s) EPI(s). Recomenda-se que esta seja arquivada, para solucionar quaisquer dúvidas futuras, junto com a ficha funcional do trabalhador.
- ✓ A recusa por parte do trabalhador em usar o(s) EPI(s) é passível de penalidades conforme a legislação.

NR-7

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

■ Conteúdo

Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde de seus trabalhadores.

■ Principais aspectos

- Estabelece os parâmetros mínimos e as diretrizes gerais a serem observados na execução do PCMSO, podendo ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.
- Caberá à empresa contratante de mão-de-obra prestadora de serviços informar à empresa contratada os riscos existentes e auxiliar na elaboração e implantação do PCMSO.
- O empregador deve indicar um médico do trabalho para coordenar o PCMSO, sendo este empregado ou não da empresa, conforme Quadro II da NR-4.
- Os exames médicos ocupacionais que devem ser realizados são: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho (mais de 30 dias de afastamento) e demissional.
- Para cada exame médico realizado, o médico deve emitir o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em duas vias, sendo a primeira arquivada na empresa e a segunda entregue ao trabalhador.
- Compete ao médico coordenador do PCMSO a elaboração de um relatório anual.



Atenção

- ✓ O PCMSO deve estar integrado com o desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA – NR-9).
- ✓ Os registros existentes no PCMSO devem ser mantidos por um período mínimo de 20 anos.

NR-8 Edificações

■ Conteúdo

Estabelece requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir segurança e conforto aos que nelas trabalham.

■ Principais aspectos

- Os locais de trabalho devem ter no mínimo 3 metros de pé-direito (altura livre do piso ao teto).
- Os pisos dos locais de trabalho não devem apresentar saliências nem depressões.
- Os pisos, as escadas e as rampas devem oferecer resistência suficiente para suportar as cargas móveis e fixas, para as quais a edificação se destina; devem dispor de processos antiderrapantes e guarda-corpo de proteção contra quedas onde for necessário.
- Quando necessário, os pisos e as paredes dos locais de trabalho devem ser impermeabilizados e protegidos contra a umidade.
- As edificações dos locais de trabalho devem ser projetadas e construídas de modo a evitar insolação excessiva ou falta de insolação.



Atenção

- ✓ A construção do ambiente de trabalho deve ser projetada de modo a favorecer a ventilação e a iluminação natural.

NR-9

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

■ Conteúdo

Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), com o objetivo de preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores.

■ Principais aspectos

- O PPRA deve ser desenvolvido com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.
- Estrutura: o PPRA deve conter na sua estrutura, no mínimo o planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma; estratégia e metodologia de ação; forma de registro, manutenção e divulgação dos dados; e periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento.
- Desenvolvimento: o PPRA deverá possuir antecipação e reconhecimento dos riscos; estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle; avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores; implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia; monitoramento da exposição aos riscos; e registro e divulgação dos dados.
- Medidas de controle: deverão ser adotadas as medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais existentes.
- Nível de ação: devem ser iniciadas ações preventivas de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Tais ações devem incluir o monitoramento periódico da exposição, a informação aos trabalhadores e o controle médico.
- Monitoramento: deve ser realizada uma avaliação sistemática e repetitiva da exposição a um dado risco, visando à introdução ou à modificação das medidas de controle, sempre que necessário.

Legislação Trabalhista

- Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do PPRA poderão ser feitos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) ou por pessoa ou equipe de pessoas que, a critério do empregador, sejam capazes de desenvolver o disposto nesta NR.
- Deverá ser efetuada, sempre que necessária e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PPRA para avaliação do seu desenvolvimento, realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades.
- Os empregadores deverão informar os trabalhadores de maneira apropriada e suficiente sobre os riscos ambientais que possam se originar nos locais de trabalho e sobre os meios disponíveis para prevenir, limitar ou proteger-se tais riscos.



Atenção

- ✓ O PPRA deve estar integrado com o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- ✓ Os registros existentes no PPRA devem ser mantidos por um período mínimo de 20 anos.

NR-10

Instalações e Serviços em Eletricidade

■ Conteúdo

Fixa as condições mínimas exigíveis para garantir a segurança dos empregados que trabalham em instalações elétricas, em suas diversas etapas, incluindo projeto, execução, operação, manutenção, reforma e ampliação e, ainda, a segurança de usuários e terceiros.

■ Principais aspectos

- Nas instalações e serviços em eletricidade, devem ser observadas no projeto, execução, operação, manutenção, reforma e ampliação as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na falta destas, as normas internacionais, de modo que seja possível prevenir, por meios seguros, os perigos de choque elétrico e todos os outros tipos de acidentes.
- As instalações elétricas, quando a natureza do risco exigir e sempre que for tecnicamente possível, devem ser providas de proteção complementar por meio de controle a distância, manual e/ou automático, bem como as partes das instalações elétricas sujeitas a acumulação de eletricidade estática devem ser aterradas.
- Os ambientes das instalações elétricas que contenham risco de incêndio devem ter proteção contra o fogo, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT, registradas pelo Inmetro.
- Os serviços de manutenção e/ou reparos em partes de instalações elétricas sob tensão só podem ser executados por profissionais qualificados, devidamente treinados em cursos especializados e autorizados pelo MEC, com emprego de ferramentas e equipamentos especiais.
- Deve ser fornecido um laudo técnico ao final de trabalhos de execução, reforma, manutenção ou ampliação de instalações elétricas, elaborado por profissional devidamente qualificado e habilitado (engenheiro elétrico).



Atenção

- ✓ É proibida a ligação simultânea de mais de um aparelho à mesma tomada elétrica, com o emprego de acessórios que aumentem o número de saídas, salvo se a instalação for projetada com essa finalidade.
- ✓ As máquinas elétricas devem ser instaladas obedecendo as recomendações do fabricante, as normas específicas no que se refere a localização e condições de operação.
- ✓ Todo profissional para instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas deve estar apto a prestar primeiros socorros a acidentados, bem como manusear e operar equipamentos de combate a incêndio utilizados nessas instalações.

NR-11

Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

■ Conteúdo

Trata dos equipamentos utilizados no transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais tais como elevadores, guindastes, transportadores industriais e máquinas transportadoras.

■ Principais aspectos

- Todo equipamento deve ter indicada a carga máxima de trabalho permitida, em local visível.
- Os carros manuais para transporte devem possuir protetores para as mãos.
- Os equipamentos de transporte motorizados deverão possuir sinal de advertência sonora (buzina).
- Os materiais armazenados devem estar dispostos de forma a evitar a obstrução de portas, equipamentos contra incêndio, saídas de emergência, entre outros.
- Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 50 centímetros.
- Quando não for utilizado nenhum meio para o transporte de cargas, e este for de forma manual, deverá ser feito de forma a não comprometer a saúde do trabalhador, devendo o mesmo solicitar o auxílio de outra pessoa quando a carga exceder a capacidade física de transporte.



Atenção

- ✓ Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão receber um treinamento dado pela empresa que os habilitará nessa função. Poderão dirigir-se durante o horário de trabalho portarem um cartão de identificação com validade de 1 (um) ano, contendo nome e fotografia em local visível. Para a validação do cartão de identificação, o empregado deverá passar por exame de saúde completo por conta do empregador e possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

NR-12

Máquinas e Equipamentos

■ Conteúdo

Estabelece requisitos mínimos na instalação das máquinas e dos equipamentos utilizados nas empresas.

■ Principais aspectos

- Entre partes móveis de máquinas e/ou equipamentos deve haver uma faixa livre variável de 0,70 m a 1,30 m e a distância mínima entre máquinas e equipamentos deve ser de 0,60 m a 0,80 m. A finalidade dessas medidas é que haja uma área de circulação e espaço entre máquinas e equipamentos de forma que o trabalhador se movimente e trabalhe com segurança.
- As vias principais de circulação, no interior dos locais de trabalho, e as que conduzem às saídas devem ter, no mínimo, 1,20 m de largura e ser devidamente demarcadas, sendo mantidas permanentemente desobstruídas.
- As máquinas e os equipamentos que utilizarem energia elétrica, fornecida por fonte externa, devem possuir chave geral em local de fácil acesso e acondicionada em caixa que evite o seu acionamento acidental e proteja as suas partes energizadas.
- As máquinas e os equipamentos devem ter suas transmissões de força enclausuradas dentro de sua estrutura ou devidamente isoladas por anteparos adequados.
- As máquinas e os equipamentos que, no seu processo de trabalho, lançarem partículas de material devem ter proteção para que essas partículas não ofereçam riscos.
- Manutenção, reparos, limpeza, ajustes e inspeção somente podem ser executados com as máquinas paradas, salvo se o movimento for indispensável à sua realização, devendo ser executados por pessoas devidamente credenciadas pela empresa.
- É proibida a instalação de motores estacionários de combustão interna (ex.: geradores de energia movido a diesel ou gasolina) em lugares fechados ou insuficientemente ventilados.



Atenção

- ✓ As máquinas e os equipamentos devem ter dispositivos de acionamento e parada localizados de modo que sejam acionados ou desligados pelo operador na sua posição de trabalho ou por outra pessoa, não podendo ser acionados ou desligados involuntariamente pelo operador ou de forma acidental, nem se localizar na zona perigosa da máquina ou equipamento.

NR-13

Caldeiras e Vasos de Pressão

■ Conteúdo

Refere-se à prevenção de acidentes com caldeiras e vasos de pressão.

■ Aspectos principais

- Vasos sob pressão são equipamentos que contêm fluidos sob pressão interna.
- Todo vaso de pressão deve ter afixado em seu corpo, em local de fácil acesso e bem visível, placa de indicação indelével com, no mínimo, as seguintes informações: fabricante, número de identificação, ano de fabricação, pressão máxima de trabalho admissível, pressão de teste hidrostático, código de projeto e ano de edição, além de outras especificadas nesta NR.
- Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: prontuário do vaso de pressão, registro de segurança, projetos de instalação ou reparo, relatório de inspeção.
- A operação de unidades que possuam vasos de pressão deve ser efetuada por profissional qualificado e com Treinamento de Segurança na Operação de Unidades de Processo.



Atenção

- ✓ A inspeção de segurança de caldeiras e vasos de pressão deve ser realizada por profissional habilitado ou por serviço próprio de inspeção de equipamentos, que emita um Relatório de Inspeção sempre que for danificada por acidente de trabalho ou outra ocorrência capaz de comprometer a segurança; quando submetida a alteração ou reparo capaz de alterar as condições de segurança; antes de ser colocada em funcionamento; quando permanecer inativa por mais de 6 (seis) meses; e quando houver mudança de local de instalação da caldeira.

NR-14 Fornos

■ Conteúdo

Estabelece as recomendações técnico-legais pertinentes à construção, operação e manutenção de fornos industriais, nos ambientes de trabalho.

Não se observou esse tipo de atividade nas indústrias visitadas.

NR-15

Atividades e Operações Insalubres

■ Conteúdo

Estabelece os limites de tolerância para determinados riscos ambientais presentes no ambiente laboral que tornam as atividades e operações insalubres.

■ Aspectos principais

- Entende-se por limite de tolerância a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante a sua vida laboral.
- O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a: 40% para insalubridade de grau máximo, 20% para insalubridade de grau médio e 10% para insalubridade de grau mínimo.
- No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será considerado apenas o de grau mais elevado para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.



Atenção

- ✓ A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer com a adoção de medida de ordem geral que conserve o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a utilização de equipamento de proteção individual. Tal eliminação ou neutralização ficará caracterizada por meio de avaliação pericial por órgão competente, que comprove a inexistência de risco à saúde do trabalhador.

NR-16

Atividades e Operações Perigosas

■ Conteúdo

Refere-se ao exercício do trabalho em atividades ou operações perigosas.

■ Aspectos principais

- As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, com exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
- As empresas ou sindicatos poderão requerer ao Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, a realização de perícia em algum setor ou em toda a empresa, com o objetivo de caracterizar e classificar determinada atividade como perigosa.
- O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o seu salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação de lucros da empresa.



Atenção

- ✓ **Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional, o manuseio, a armazenagem e o transporte de recipientes de até 5 litros, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.**

NR-17 Ergonomia

■ Conteúdo

Estabelece parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

■ Aspectos principais

- As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga manual de cargas, ao mobiliário, aos equipamentos, às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.
- Para as atividades que os trabalhadores realizam em pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas.
- Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé, as bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação e devem atender requisitos mínimos: ter altura e características da superfície de trabalho compatíveis com o tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento; ter área de trabalho de fácil alcance e visualização pelo trabalhador; ter características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentação adequados aos segmentos corporais.



Atenção

- ✓ Todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

NR-18

Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT)

■ Conteúdo

Estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, com o objetivo de implementar procedimentos de aspecto preventivo relacionados às condições de trabalho na construção civil.



Atenção

- ✓ Esta norma não se aplica diretamente à indústria moveleira, porém, em casos de terceiros executando atividades de construção ou reforma, a empresa é co-responsável pela segurança dos trabalhadores dos prestadores de serviços.

NR-19 **Explosivos**

■ **Conteúdo**

Estabelece os aspectos de segurança que envolvem o transporte, o manuseio e a estocagem de explosivos.

Não se observou esse tipo de atividade nas indústrias visitadas.

NR-20

Líquidos Combustíveis e Inflamáveis

■ Conteúdo

Trata dos aspectos de segurança que envolvem líquidos combustíveis e inflamáveis, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros gases inflamáveis.

■ Aspectos principais

- O armazenamento de líquidos inflamáveis dentro do edifício só poderá ser feito com recipientes cuja capacidade máxima seja de 250 litros por recipiente.
- As empresas que armazenam produtos líquidos combustíveis e inflamáveis devem fazê-lo em local ventilado, com boas condições das instalações elétricas, livre da incidência direta de raios solares; as paredes, pisos e tetos devem ser construídos de material resistente ao fogo.



Atenção

- ✓ Os botijões ou cilindros de gás utilizados para cocção ou aquecimento deverão estar situados na parte externa da edificação e permanentemente ventilados.

NR-21

Trabalho a Céu Aberto

■ **Conteúdo**

Estabelece os aspectos de segurança a serem desenvolvidos nas atividades realizadas a céu aberto, tais como pedreiras e afins.

Não se observou esse tipo de atividade nas indústrias visitadas.

NR-22 Trabalhos Subterrâneos

■ Conteúdo

Estabelece os aspectos de segurança a serem desenvolvidos nas atividades realizadas no campo da mineração.

Esta norma regulamentadora não se aplica à indústria moveleira.

NR-23

Proteção Contra Incêndios

■ Conteúdo

Estabelece as medidas de proteção contra incêndios nos locais de trabalho.

■ Aspectos principais

- As empresas devem possuir proteção contra incêndio, saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, equipamentos suficientes para combater o fogo em seu início e pessoas treinadas no uso correto desses equipamentos.
- Os locais de trabalho deverão dispor de saídas em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.
- A largura mínima das aberturas de saída deverá ser de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).
- As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.
- As empresas devem formar Brigadas de Incêndio capazes de prevenir, combater princípios de incêndios e orientar quanto ao abandono do prédio.
- Os extintores deverão ser colocados em locais de fácil visualização e acesso, obedecendo às normas brasileiras ou regulamentos técnicos do Inmetro.
- Os extintores devem ser apropriados à classe de fogo a extinguir.



Atenção

- ✓ Os exercícios simulados de combate ao fogo, nos quais há a simulação de ambientes com focos de incêndio, deverão ser feitos periodicamente.
- ✓ Nas empresas com mais de 50 empregados deve haver um aprisionamento conveniente de água sob pressão, para extinguir o início de fogo de classe A (fogo em tecidos, madeiras, papéis, fibras etc.).
- ✓ Onde não for possível o acesso imediato às saídas, deverão existir, em caráter permanente e completamente desobstruídos, circulações internas ou corredores de acesso contínuos e seguros, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

NR-24

Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

■ Conteúdo

Estabelece os aspectos mínimos de higiene e de conforto nas instalações sanitárias, vestiários e refeitórios.

■ Aspectos principais

Instalações Sanitárias

- As instalações sanitárias devem atender às dimensões de 1 m² (um metro quadrado) para cada sanitário por grupo de 20 trabalhadores em atividade, devendo ser separadas por sexo e submetidas a processo permanente de higienização.

Vestiários

- Em todos os estabelecimentos da indústria nos quais a atividade exija a troca de roupas, deve haver local apropriado para vestiário, dotado de armários individuais e de bancos observada a separação de sexos.

Refeitório

- Por ocasião das refeições, devem ser asseguradas aos trabalhadores condições de conforto, com requisitos de limpeza, arejamento, iluminação e fornecimento de água potável.
- Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 300 (trezentos) operários, é obrigatória a existência de refeitório, que deve ser instalado em local apropriado, não se comunicando diretamente com os locais de trabalho, instalações sanitárias e locais insalubres.

Legislação Trabalhista

Cozinha

- Deverá ficar adjacente ao refeitório e comunicando-se com o mesmo, através de aberturas, por onde serão servidas as refeições.



Atenção

- ✓ Todo lavatório deve ser provido de material para limpeza e secagem das mãos, sendo proibido o uso de toalhas coletivas.
- ✓ É indispensável que os funcionários da cozinha, encarregados de manipular gêneros alimentícios, refeições e utensílios, disponham de sanitário e vestiário próprios, sem comunicação com a cozinha.
- ✓ Não é permitido alimentar-se no posto de trabalho.

NR-25 Resíduos Industriais

■ Conteúdo

Trata das coletas e descartes dos resíduos industriais sólidos, líquidos e gasosos.

■ Aspectos principais

- Os resíduos líquidos e sólidos produzidos por processos e operações industriais deverão ser convenientemente tratados e/ou dispostos e/ou retirados dos limites da indústria, de forma a evitar riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores.
- O lançamento ou a disposição dos resíduos sólidos e líquidos de que trata esta norma nos recursos naturais – água e solo – se sujeitarão às legislações pertinentes nos níveis federal, estadual e municipal.



Atenção

- ✓ O descarte de material não deve ser efetuado na rede de esgoto ou em qualquer local não apropriado.

NR-26

Sinalização de Segurança

■ Conteúdo

Trata das fixações de cores-padrão que devem ser usadas nos locais de trabalho para a prevenção de acidentes, identificando os equipamentos de segurança, delimitando áreas, identificando as canalizações empregadas para a condução de líquidos e gases, e advertindo contra riscos.

■ Aspectos principais

- A utilização das cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.
- O uso de cores deve ser o mais reduzido possível, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador.
- As cores a serem utilizadas são:

■ **Vermelho:** para distinguir e indicar equipamentos e aparelhos de proteção e combate a incêndio.

■ **Amarelo:** utilizado nas plataformas de carregamento, vigas colocadas a baixa altura, corrimões, demarcação de faixas de segurança etc.

■ **Branco:** para indicar áreas de armazenagem e zonas de segurança, entre outras.

■ **Verde:** é a cor utilizada para indicar canalização de água, dispositivos de segurança etc.

■ **Laranja:** deve ser empregado para identificar partes móveis de máquinas e equipamentos.

■ **Azul:** utilizado para indicar canalização de ar comprimido.

■ **Cinza Escuro:** deve ser usado para identificar eletrodutos.

NR-27

Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no Ministério do Trabalho

■ Conteúdo

Trata dos requisitos para o registro profissional e exercício da profissão de técnico de segurança do trabalho.

■ Aspectos principais

- O técnico de segurança do trabalho deverá ser registrado no Ministério do Trabalho e Emprego para poder exercer suas atividades.

NR-28

Fiscalização e Penalidades

■ Conteúdo

Determina os procedimentos a serem adotados pela fiscalização no que diz respeito aos prazos que as empresas têm para regularizar os itens que porventura não estejam em conformidade com as mesmas, e também o procedimento de autuação por infração às normas regulamentadoras.

■ Aspectos principais

- O agente de inspeção do trabalho poderá notificar os empregadores, concedendo ou não prazo para a correção das irregularidades encontradas, que deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias.
- A empresa terá um prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação para entrar com recurso ou solicitar prorrogação de prazo, que poderá ser estendido por até 120 (cento e vinte) dias. Quando o empregador necessitar de prazo de execução superior a 120 dias, ficará condicionado a prévia negociação entre empresa, sindicato da categoria dos empregados e representante da autoridade regional competente.



Atenção

- ✓ Caso a empresa seja reincidente nas penalidades, poderá pagar o teto máximo de multa, que é de 6.304 UFIRs.

NR-29

Segurança e Saúde no Trabalho Portuário

■ **Conteúdo**

Assegura a saúde e a segurança aos trabalhadores portuários.

Esta norma regulamentadora não se aplica à indústria moveleira.

NR-30

Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário

■ **Conteúdo**

Aplica-se à segurança e saúde dos trabalhadores de toda embarcação comercial e de transporte de mercadorias, ou passageiros na navegação marítima.

Esta norma regulamentadora não se aplica à indústria moveleira.

21 Legislação Previdenciária

21.1. Acidente de Trabalho

Acidente de trabalho “é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte ou redução permanente ou temporária da capacidade do trabalho” (art. 2º da Lei nº 6.367, de 19/10/1976). O acidente do trabalho pode ser típico, de trajeto, doença do trabalho ou profissional.

- Acidente típico é aquele decorrente do exercício da atividade profissional.
- Acidente de trajeto é aquele ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado ou vice-versa.
- As doenças profissionais são aquelas produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho, peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo MTE.
- As doenças do trabalho são as adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e que a ele se relacionem diretamente, constantes na relação mencionada de doenças profissionais.

Observação:

As doenças hereditárias não são consideradas doenças profissionais, mesmo que surjam durante sua vida laboral, assim como:

1. A doença degenerativa.
2. A inerente ao grupo etário.
3. A que não produza incapacidade laborativa.
4. A doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.



Atenção

- ✓ **Nos casos em que houver o afastamento do trabalhador por acidente ou doença do trabalho, o dia do afastamento e os 15 dias subseqüentes são pagos pelo empregador, e o auxílio doença começa a ser pago pela Previdência Social a partir do 16º dia.**

Legislação Previdenciária

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu art. 4º, parágrafo único, considera, para efeito de indenização e estabilidade, o período em que o empregado estiver afastado por motivo de acidente do trabalho como tempo de serviço. Pelo art. 131, III da CLT, esse período de afastamento também será computado para efeito de férias, exceto quando superior a seis meses e ter o segurado recebido benefício da Previdência Social.

Nota: A comunicação de acidente do trabalho e/ou doença profissional, havendo ou não afastamento, deverá ocorrer até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, imediatamente à autoridade competente. A comunicação deve ser protocolada junto ao INSS ou enviada por meio eletrônico (internet), por meio de formulário específico, chamado CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho.

No caso de acidente de trajeto ou a serviço da empresa, o empregado deverá efetuar a comunicação o mais breve possível, por meio de qualquer pessoa quando o empregado estiver impossibilitado.



Atenção

✓ O formulário de comunicação de acidente de trabalho pode ser encontrado no site: www.mpas.gov.br.

Comunicação de Acidente do Trabalho



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO - CAT
(Ler atentamente as orientações no verso antes do preenchimento)

I - EMISSOR	Empregado	3 - Razão Social / Nome		6 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp		Bairro		10 - Nome		11 - Nome da mãe													
		12 - Data de nasc.		13 - Sexo <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Masc 3 - Fem		14 - Estado Civil <input checked="" type="checkbox"/> 2		15 - CTPS		16 - UF													
	Acidentado	17 - Carteira de Identidade		Data de emissão		Orgão Exp		18 - UF		19 - PIS/PASEP													
		21 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp		Bairro		CEP		22 - Município		23 - UF													
		25 - Nome da ocupação		26 - CBO <input checked="" type="checkbox"/> 7 9 5 5 0		27 - Filiação à Previdência Social <input checked="" type="checkbox"/> 1		28 - Aposentado? <input checked="" type="checkbox"/> 2		29 - Área <input checked="" type="checkbox"/> 1													
		30 - Data do acidente		31 - Hora do acidente		32 - Após quantas horas de trabalho?		33 - Houve afastamento? <input checked="" type="checkbox"/> 1		34 - Último dia trabalhado													
	Acidente ou doença	35 - Local do Acidente		36 - CGC		37 - Município do local do acidente		38 - UF		39 - Especific. do local do acidente													
		40 - Parte(s) do corpo atingida(s)		41 - Agente Causador		42 - Descrição da situação geradora do acidente ou doença		43 - Houve registro policial? <input checked="" type="checkbox"/> 2		44 - Houve morte? <input checked="" type="checkbox"/> 2													
		45 - Nome		46 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp		Bairro		CEP		47 - Município													
		49 - Nome		50 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp		Bairro		CEP		51 - Município													
Testemunhas	48 - UF		Telefone		48 - UF		Telefone																
	50 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp		Bairro		CEP		51 - Município		48 - UF														
Local e data												Assinatura e carimbo do emissor											
II - ATESTADO MÉDICO	Atendimento	53 - Unidade de atendimento médico		54 - Data		55 - Hora		56 - Houve internação? <input type="checkbox"/>		57 - Duração provável do tratamento		58 - Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento? <input type="checkbox"/>											
		1 - Sim 2 - Não		dias		1 - Sim 2 - Não																	
	Diagnóstico	59 - Descrição e natureza da lesão		60 - Diagnóstico provável		61 - CID - 10		62 - Observações															
Local e data												Assinatura e carimbo do emissor											
III - INSS	63 - Recebida Em		64 - Código da Unidade		65 - Número do acidente		66 - É reconhecido o direito do segurado à habilitação de benefício acidentado? <input type="checkbox"/>		67 - Tipo <input type="checkbox"/>		68 - Matrícula do servidor												
	1 - Sim 2 - Não		1 - Típico 2 - Doença 3 - Trajeto		Matrícula		Assinatura do servidor																
NOTA:												1 - A inexistência das declarações desta comunicação implicará nas sanções previstas nos arts. 171 e 299 do Código Penal. 2 - A comunicação de acidente do trabalho deverá ser feita até o 1º dia útil pós o acidente, sob pena de multa. 3 - A comunicação de acidente do trabalho rege-se pelo art. 336 do Decreto nº 3048/99. 4 - Os conceitos de acidente do trabalho e doença ocupacional estão definidos nos arts. 131 a 133 do Decreto nº 2.172/97. 5 - A caracterização do acidente rege-se pelo art. 135 do Decreto nº 2.172/97.											
A COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE É OBRIGATÓRIA, MESMO NO CASO EM QUE NÃO HAJA AFASTAMENTO DO TRABALHO.																							

■ Comunicação de Acidente do Trabalho

PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL		1 - Emitente <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Empregador 2 - Sindicato 3 - Médico 4 - Segurado ou dependente 5 - Autoridade Pública	
COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO - CAT (Ler atentamente as orientações no verso antes do preenchimento)		2 - Tipo de CAT <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Início 2 - Reabertura 3 - Comunicação de Óbito em: / /	
I - EMITENTE	Empregador	3 - Razão Social / Nome Indústria Mobília Segura	
	6 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp	Bairro	4 - Tipo <input checked="" type="checkbox"/> 5 1 - CGC 2 - CEI 3 - CPF 4 - NIT 5 - CNAE
	Rua das Oliveiras, 99	Jd. Dos Pinheiros	CEP 99999-999 7 - Município xxxxxx 8 - UF SP 9 - Telefone (11) 9999-9999
	10 - Nome Charles Jacaranda	11 - Nome da mãe Carla Conceição Jacaranda	
Acidentado	12 - Data de nasc.	13 - Sexo <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Masc 3 - Fem	14 - Estado Civil <input checked="" type="checkbox"/> 2 1 - Solteiro 2 - Casado 3 - Viúvo 4 - Sep. Judic. 5 - Outro 6 - IGN
	15 - CTPS	Serie	Data da emissão
	16 - UF SP	20 - Remuneração mensal	
	17 - Carteira de Identidade	Data de emissão	Orgão Exp
Acidente ou doença	21 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp	Bairro	22 - Município xxxxxx 23 - UF xx 24 - Telefone (11) 9999-9999
	Rua dos Sofás, xxx	CEP 99999-999	25 - Nome da ocupação
	Ajudante Geral	26 - CBO 81190	27 - Filiação à Previdência Social <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Empregado 2 - Trab. Avulso 7 - Seg. especial 8 - Médico resid.
	28 - Aposentado? <input checked="" type="checkbox"/> 2 1 - Sim 2 - Não	29 - Área <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Urbana 2 - Rural	
Acidente ou doença	30 - Data do acidente	31 - Hora do acidente	32 - Após quantas horas de trabalho?
	99/2/9999	08:54	1 hora e 54 minutos
	33 - Houve afastamento? <input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - Sim 2 - Não	34 - Último dia trabalhado	00/00/0000
	35 - Local do Acidente	36 - CGC	37 - Município local do acidente
Testemunhas	Galpão Torneados	09999999999999999999	38 - UF xx 39 - Especif. do local do acidente
	40 - Parte(s) do corpo atingida(s)	Mão esquerda	41 - Agente Causador
	42 - Descrição da situação geradora do acidente ou doença	Removia pilha de tábua, perdeu o equilíbrio e teve sua mão esquerda prensada.	tábua de madeira
	43 - Houve registro policial? <input checked="" type="checkbox"/> 2 1 - Sim 2 - Não	44 - Houve morte? <input checked="" type="checkbox"/> 2 1 - Sim 2 - Não	
Testemunhas	45 - Nome	Carlos Guatambu	46 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp
	Rua do Armário Bonito, 57	Bairro xxxxxx	CEP 99999-999
	47 - Município xxxxxx	48 - UF xx	Telefone (11) 9999-9999
	49 - Nome	Feliciano Jan gada	50 - Endereço Rua/Av./Nº/Comp
Testemunhas	Rua da Mesa, 02	Bairro xxxxxx	CEP 99999-999
	51 - Município xxxxxx	48 - UF xx	Telefone (11) 9999-9999
	Cidade, 99 de fevereiro de 9999		
	Assinatura e carimbo do emitente		
II - ATESTADO MÉDICO	53 - Unidade de atendimento médico	54 - Data	55 - Hora
	56 - Houve internação? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não	57 - Duração provável do tratamento	58 - Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não
	59 - Descrição e natureza da lesão		
	60 - Diagnóstico provável	61 - CID - 10	
III - INSS	62 - Observações		
	Local e data		
	63 - Recebida Em	64 - Código da Unidade	65 - Número do acidente
	66 - É reconhecido o direito do segurado à habilitação de benefício acidentado? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não	67 - Tipo <input type="checkbox"/> 1 - Típico 2 - Doença 3 - Trajeto	
68 - Matrícula do servidor		NOTA: 1 - A inexistência das declarações desta comunicação implicará nas sanções previstas nos arts. 171 e 299 do Código Penal. 2 - A comunicação de acidente do trabalho deverá ser feita até o 1º dia útil pós o acidente, sob pena de multa. 3 - A comunicação do acidente do trabalho rege-se pelo art. 336 do Decreto nº 3048/99. 4 - Os conceitos de acidente do trabalho e doença ocupacional estão definidos nos arts. 131 a 133 do Decreto nº 2.172/97. 5 - A caracterização do acidente rege-se pelo art. 135 do Decreto nº 2.172/97.	
Matrícula		Assinatura do servidor	
A COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE É OBRIGATÓRIA, MESMO NO CASO EM QUE NÃO HAJA AFASTAMENTO DO TRABALHO.			

21.2. Aposentadoria especial

O trabalhador que durante 15, 20 ou 25 anos, dependendo do caso, tenha ficado exposto a agentes nocivos à saúde ou à integridade física, tem direito a aposentadoria especial.

Para a comprovação da exposição do trabalhador aos agentes nocivos (químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes), deverá ser preenchido formulário próprio do INSS, Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, pela empresa ou preposto, com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, que deverá ser expedido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho.

De acordo com a Instrução Normativa/INSS/DC nº 96 de 23/10/2003, o PPP contemplará informações pertinentes aos formulários SB-40, DISES BE 5235, DSS 8030, DIRBEN 8030, que terão eficácia até 31 de dezembro de 2003. A partir de 1ª de janeiro de 2004 entra em vigor o PPP como documento base para preenchimento, devendo a empresa, quando do desligamento do funcionário, fornecer cópia autêntica desse documento.

22 Trabalho do Deficiente

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Legislação Brasileira vigente asseguram às pessoas portadoras de deficiências o direito à participação em atividades econômicas.

A lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1999, regulamentada pelo decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre o trabalho da pessoa portadora de deficiência e sua integração social.

De acordo com a lei mencionada, podemos enquadrar as deficiências nas seguintes categorias:

- Deficiência física
- Deficiência auditiva
- Deficiência visual
- Deficiência mental
- Deficiência múltipla

A legislação obriga as empresas que possuem 100 ou mais funcionários a contratar beneficiários da Previdência Social reabilitados ou portadores de deficiência habilitados, preenchendo de 2% a 5% do total de seus cargos, conforme o quadro a seguir:

Nº de trabalhadores	% de PPD*
de 100 a 200	2
de 201 a 500	3
de 501 a 1.000	4
mais de 1.000	5

PPD – Pessoa Portadora de Deficiência

23 Trabalho do Idoso

Conforme a Política Nacional do Idoso, a pessoa maior de 60 anos de idade é considerada idosa.

A participação de idosos no mercado de trabalho é freqüente no Brasil, em decorrência do crescente aumento da expectativa de vida da população. O fator preponderante que leva o idoso a continuar trabalhando é a composição da renda familiar, que geralmente é insuficiente para sua necessidade e, além disso, o desempenho de um papel social ativo.

Conforme lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, “é competência dos órgãos e entidades públicos: ... a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários; c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento.”

24 Trabalho da Mulher

Independente dos direitos iguais, o art. 377 da CLT dispõe que “a adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário”, expressando a necessidade de atenção diferenciada com o trabalho desenvolvido pela mulher. O art. 390 desta Consolidação determina que ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande força muscular superior a 20 quilos, para o trabalho contínuo, ou 25 quilos, para o trabalho ocasional.

Com relação à licença-maternidade, a empregada gestante tem direito a 120 dias de licença, devendo, “mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º dia antes do parto e a ocorrência deste” (art. 392 da CLT).

25 Trabalho do Menor

Menor é toda pessoa com idade inferior a 18 anos, que não possui capacidade plena sobre seus atos.

De acordo com o art. 403 da CLT, é vedado ao menor o trabalho noturno, insalubre, perigoso, penoso ou em locais prejudiciais “à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.”

Aos indivíduos com idade inferior a 16 anos é proibido qualquer tipo de trabalho, porém a partir dos 14 anos é permitido o aprendizado, formalizado por meio do contrato de aprendizagem.

A atividade do menor aprendiz proporciona a oportunidade de iniciação à profissionalização, não prejudicando seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, devendo o mesmo ser incentivado, propiciando profissionalização e formação técnico-profissional.

26 Responsabilidade Civil e Criminal

O resultado de uma ação é obtido por meio de um ato lícito ou ilícito. Para que haja o ato ilícito é necessário haver um fato lesivo que ocorra por ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, causando dano patrimonial ou moral. O ato será ilícito quando praticado em desacordo com a determinação legal existente, gerando responsabilidade civil. Temos, de acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil (C.C.):

DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187, CC), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

Portanto, é explícito que “aquele que (...) causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo”, gerando a responsabilidade principal que é a de indenizar. Além da responsabilidade civil, temos a responsabilidade criminal e, sobre ela, dispõe o CC que:

“Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”

O princípio da independência da responsabilidade civil em relação à penal é expressa pelo Código de Processo Penal e dispõe: “Art. 64. (...) a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime (...). Parágrafo único: Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela”, contudo, percebe-se que a sentença condenatória criminal tem influência na ação cível.

Com base no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, de acordo com a reforma da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 – Código Penal (CP), para que seja possível a res-

Responsabilidade Civil e Criminal

ponsabilidade criminal, faz-se necessário que haja uma ação penal pública incondicionada com base na exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo direto ou iminente, dispondo o artigo 132 do CP referente à exposição:

PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM

“Art. 132. Expor a vida ou saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena – detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais.”

O objeto jurídico do referido texto é a vida e a saúde de qualquer pessoa, porém, para caracterizar o ato lesivo é necessário que haja uma vítima determinada. O referido texto legal foi instituído em virtude dos acidentes do trabalho ocorridos por descaso na aplicação das medidas de prevenção contra os acidentes. Se da exposição do trabalhador houver resultado mais grave, por exemplo morte, poderá ser o crime caracterizado como homicídio culposo (art.121, § 3º, do CP).

Para evitar responsabilidade dessa natureza, faz-se necessária a implementação e implantação de todos os meios para a melhoria da higiene, da segurança e da saúde dos trabalhadores.

27 Legislação Ambiental

A Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas das condutas, das atividades lesivas ao meio ambiente e da cooperação internacional para a preservação do mesmo.

Constatada por meio de perícia e comprovada a culpabilidade daqueles que cometerem danos ambientais, ficarão sujeitos às sanções civis e penais, após transitado e julgado o processo, estando sujeita a pessoa jurídica às seguintes sanções:

- penas restritivas de direito, que são: suspensão parcial ou total das atividades; recolhimento domiciliar; interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratação com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações;
- prestação de serviços à comunidade, que consistirão em: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Nota: a pessoa jurídica que permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei poderá ter decretada sua liquidação, e seu patrimônio, após ser considerado instrumento do crime, será disponibilizado ao Fundo Penitenciário Nacional.

A responsabilidade civil e criminal do proprietário do imóvel não é tão-somente por essa condição (permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime), mas por negligenciar o imóvel e possibilitar sua má utilização. Ele deve zelar para que sua propriedade não passe a ser de uso nocivo.



Atenção

São exemplos de preservação ambiental:

- ✓ **tratamento de efluentes em estações de tratamento.**
- ✓ **redução e coleta seletiva de resíduos sólidos produzidos.**
- ✓ **conservação de áreas de mata nativa.**
- ✓ **desmatamento controlado.**
- ✓ **reflorestamento da área desmatada.**

